

Editorial

Bill Cooke¹

Alex Faria²

Desenvolvimento, Administração e Imperialismo do Atlântico Norte: Para Eduardo Ibarra Colado

Diga-me, irmão, qual é a palavra, diga-me, irmão, você já ouviu falar de Joanesburgo? Irmã, mulher, qual é a palavra, diga-me se você já ouviu falar de Joanesburgo? (Gil Scott Heron, Joanesburgo, gravado).

Os EUA são um Império que funciona em nome das empresas multinacionais e da classe dominante da América... [Barack Obama é]... o porteiro do capital do monopólio branco (Bongani Masuku, Confederação dos Sindicatos da África do Sul, 2013).

O objetivo da conferência da [Academia Norte-Americana de Administração, de Joanesburgo] é mostrar à organização do mundo e aos estudiosos da administração as singulares capacidades e necessidades da África [... e...] colaborar e trabalhar os diversos problemas teóricos e práticos de interesse apresentados na África [*website* da Academia de Administração dos EUA, 2013].

Introdução

Esta edição especial foi concebida em 2012, para se erigir sobre outras iniciativas que exploram e esmiúçam o nexo entre “desenvolvimento” e “administração” (ou “gestão”). Tivemos duas preocupações desde então – abordar esse nexo em si; e, ao fazê-lo, contestar o alcance representativo cada vez maior da Academia de Administração do Atlântico Norte (em especial do Academy of Management) ao redor do mundo (p. ex., DAR e COOKE, 2008; WANDERLEY e FARIA, 2012; BERTERO, ALCADIPANI, CABRAL et al., 2013; ALCADIPANI e CALDAS, 2012). Como visto a seguir, essas duas preocupações encontram-se inextricavelmente entrelaçadas.

Nossa Chamada de Artigos propôs uma configuração tríplice da relação:

(i) Desenvolvimento-Administração: A ignorada relação de longa data entre a administração/gestão e o desenvolvimento; como as intervenções do desenvolvimento são geridas nos chamados “países em desenvolvimento” e articuladas nas chamadas “nações desenvolvidas” ou “economias avançadas”... Mas também ressaltamos a necessidade de considerar tipos de gestão/administração mobilizados pelas economias emergentes em projetos de desenvolvimento Sul-Sul.

(ii) Desenvolvimento & Administração: A apropriação do desenvolvimento pela administração/gestão e pelos negócios... inclusive a Base da Pirâmide... o papel das fábricas

Esta versão corresponde ao texto traduzido do editorial original em inglês.

¹ Ph.D. pela Universidade de Manchester; Professor e Chefe do Departamento de Organização, Trabalho e Tecnologia na Escola de Gestão da Universidade de Lancaster. E-mail: b.cooke@lancs.ac.uk

² Ph.D. em Estudos Industriais e de Negócios pela Universidade de Warwick, Reino Unido; Professor Adjunto na Fundação Getulio Vargas. Endereço: FGV/EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Praia de Botafogo, 190, 4º e 5º andar, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, CEP 22253-900. E-mail: alex.faria@fgv.br

de ideias, fundações, empresas de consultoria, escolas de negócios e associações acadêmicas do Primeiro Mundo no suporte e/ou emancipação de contextos periféricos.

(iii) Desenvolvimento/Administração: A fissura/as rachaduras entre e dentro de desenvolvimento-administração e desenvolvimento & administração. A relação entre os dois campos, na prática, em termos disciplinares e teóricos...

Antes de resumir a singular contribuição de nossos autores para essas variações do nexu, primeiro, aproveitamos a oportunidade para explicar as distinções e sobreposições entre elas. Iniciamos por meio de uma reflexão da segunda de nossas preocupações, o alcance excessivo da academia do Atlântico Norte. Denominamos assim essa característica da academia, em primeiro lugar, em homenagem ao reconhecimento do falecido antropólogo Michel-Rolph Trouillot de que o encontro colonial Atlântico entre a Europa, as Américas e a África foi *constitutivo* da modernidade. Em segundo lugar, porque, empiricamente, os países da aliança militar Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) ainda dominam as instituições e a produção do conhecimento em administração/gestão. Não somos originais nesse sentido. Seguimos a história das instituições da administração de Locke (1996), que fala de uma “era da Otan” em sua expansão em apoio à política externa dos EUA; Burrell (1997), que situa o surgimento da organização moderna nas migrações transatlânticas do campesinato europeu; e Murphy e Zhu (2012), que mapeiam (literalmente) *a dominação anglo-americana nos periódicos de gestão/administração*, como o próprio título indica.

Voltando ao Atlântico Norte

A proposta para esta Edição Especial foi apresentada em 2012 a Ana Guedes, então editora do Cadernos EBAPE.BR, periódico acadêmico on-line de livre acesso publicado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Nosso desejo de engajar com esse periódico específico deveu-se primeiramente a uma objeção geopolítica ao norte-atlantismo. O Cadernos EBAPE.BR encontra-se fora das exclusivas, e exclusivamente norte-atlânticas, classificações anglófonas de periódicos, por meio das quais os acadêmicos de administração do Atlântico Norte optam por viver e morrer e que, tragicamente, muitas instituições no Sul escolheram seguir. Uma consequência extrema é que um número gigantesco de acadêmicos dedicados à pesquisa que optaram por não escrever em inglês é descartado e desvalorizado (ver ROSA e ALVES, 2012). Eles podem desejar expressar as ideias apenas em (digamos) português ou espanhol nos seus artigos acadêmicos, ou utilizar as normas de gênero relacionadas a tradições específicas de escrita. Eles também podem desejar tornar sua obra acessível a centenas de milhões de compatriotas, pessoas abençoadas e amaldiçoadas por não dominarem a língua inglesa, cujas sociedades são as principais prejudicadas por isso.

“Internacionalmente”, então, o Cadernos EBAPE.BR não detém uma avaliação alta nem é muito citado. Mas a noção norte-atlântica de periódico “internacional” significa, por definição tautológica, que este “deve ser publicado em inglês, nos EUA ou na Europa, e avaliados por instituições de classificação do Atlântico Norte”. A “péssima” avaliação do Cadernos EBAPE.BR – a ponto de sequer ser incluído [nessas classificações] – é inversamente proporcional à sua importância para o campo dos estudos de administração e organização no Brasil e em outros países da América Latina, de acordo com as citações, além das próprias classificações do Brasil (ver FARIA, 2011). As contribuições a este periódico podem ser específicas ao Brasil; elas podem ser específicas à América Latina; mas elas também são contribuições às teorias dos estudos de administração e organização, no sentido em que este termo é entendido nas esferas do Atlântico Norte. O periódico publica artigos em (pelo menos) três idiomas. Ela é amplamente lida em diversas nações, especialmente na América Latina e nos países lusófonos. Portanto, ela é internacional seja qual for o sentido atribuído a esta palavra, exceto, é claro, sua adulteração norte-atlântica.

Desenvolvimento-Administração

Então, reiterar a formulação desenvolvimento-administração significa, aqui, a relação de longa data, embora obscura/obscurecida entre os dois campos. Houve, quase desde o surgimento do Ponto IV do projeto de Desenvolvimento de Harry Truman, um certo entrelaçamento entre gestão (na época, também institucionalmente enquadrada como “administração”) e intervenções de desenvolvimento. Por isso, a Escola na qual o Cadernos EBAPE.BR se situa, e de onde provém seu nome, foi criada em 1952, com apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e da Fundação Ford (ver Barros e Carrieri nesta edição), como “EBAP”, que significa *Escola Brasileira de Administração Pública*. A letra “E” – de “Empresas” – foi adicionada ao final 50 anos depois, em 2002. Mais recentemente, pesquisadores críticos da administração que adotam perspectivas sociológicas têm abordado essa relação (DAR e COOKE, 2007; WANDERLEY e FARIA, 2012; MURPHY, 2008); e esta Edição Especial erige-se sobre esse *corpus* mais recente. Como iremos mostrar adiante, havia muitas coisas envolvidas. No entanto, ao longo da história do compromisso desenvolvimento-administração, até muito recentemente, tornou-se claro que essa foi uma preocupação marginal/marginalizada). Isso é irônico, tendo em vista as magníficas aspirações do âmbito de desenvolvimento internacional.

O espaço no qual essa *hybris* modernista e modernizante do projeto de desenvolvimento internacional é reconhecida, e a cumplicidade da gestão/administração é debatida, encontra-se nas obras dos cientistas sociais críticos que trabalham nos e por meio do campo dos estudos de desenvolvimento (DAR e COOKE, 2008). Novamente, as classificações dos periódicos de negócios e administração “internacionais” do Atlântico Norte depreciam os periódicos de estudos do desenvolvimento, mesmo os publicados em inglês, cujos dados de citação são, de fato, muito “mais fortes” que os de gestão/administração. Assim, a infame Lista da Associação das Escolas de Negócios (do Reino Unido) classifica “rigorosamente” “todos” os periódicos nos quais o corpo docente de uma escola de negócios possa publicar. E o que a Associação das Escolas de Negócios (AEN) constata, rigorosamente, é que não há periódicos de estudos do desenvolvimento “de Padrão Mundial”. O *British Journal of Management* se apresenta como “world class” (ou “padrão mundial”) enquanto são tidos como intelectualmente inferiores o *World Development*, o *Development and Change* e qualquer outro periódico sobre desenvolvimento internacional.

Essa rejeição *in totum* do caráter acadêmico do desenvolvimento internacional é uma vívida demonstração do poder do conhecimento do gerencialismo norte-atlântico e faz parte da panóplia dos sérios, e fortemente vigiados, obstáculos ao diálogo e compromisso entre os entendimentos dos cientistas sociais acerca da administração na sociedade, assim como os daqueles que se dedicam ao desenvolvimento internacional. Por isso, agradecemos o Cadernos EBAPE.BR por aceitar nossa proposta. Também agradecemos à editora Guedes e a seus sucessores, por insistir que, além de *on-line* e gratuitas, as contribuições devem ser publicadas tanto em português como em inglês. Isso impôs ao periódico requisitos administrativos e relativos a recursos. Ao contrário de nossos rentáveis rivais do Atlântico Norte, voltados ao lucro excessivo e isentos de tributação (HARVIE, LIGHTFOOT, LILLEY et al., 2012), reconhecemos que “como a maior parte do pensamento brasileiro em administração e organizações é produzido em português, ele não é sequer legível no Norte” (ALCADIPANI, KHAN, GANTMAN et al., 2012, p. 135). Além disso, o fato de que recebemos muitas submissões de alta qualidade do Brasil, tendo em vista sua redação em português e seu específico escopo pós-extra-supra-atlântico, sugere a existência de uma tradição subalterna de academicismo do desenvolvimento e da administração.

Um exemplo significativo disso pode ser observado no comentário de abertura que publicamos aqui. No início de nosso projeto para esta Edição Especial, tivemos o prazer de obter a atenção e o apoio especiais de Paulo Motta, ex-diretor da EBAPE. Seu artigo de 1972, denominado “Administração para o desenvolvimento: a disciplina em busca da relevância”, publicado na *Revista de Administração Pública*, da EBAP, é seminal no Brasil e na América Latina. Nessa publicação, inicialmente, Motta reivindicou a criação da “administração para o desenvolvimento” não como um campo genérico, mas no/do Brasil e definida de acordo com termos e contextos brasileiros. Essa proposição foi, então, estendida para estabelecer o que, agora, pode ser denominada uma ligação Sul-Sul entre desenvolvimento e administração (pública) no

Brasil e em outros países do Sul global. A EBAP era então classificada como instituição de alto nível acadêmico e mantinha relações importantes para além do Brasil. Segundo Motta, onde quer que fosse promulgada, a *Administração para o desenvolvimento* tinha de ter bases locais, ao invés de simplesmente imitar as prescrições do Norte. Isso constitui, ainda, um desafio à administração do desenvolvimento internacional do Norte e à ortodoxia da gestão/administração. É, também, algo inquietante para os acadêmicos que se dedicam aos estudos críticos de gestão/administração (ECGs), que, seguindo autores do pós-desenvolvimento (p. ex., ESCOBAR, 1996; DAR e COOKE, 2008), veem o discurso do desenvolvimento como uma completa imposição do Atlântico Norte (que corre o risco de mostrar-se cada vez mais caricata). Portanto, ficamos satisfeitos e honrados por suceder este editorial com um comentário de abertura que revê e revive as teses de Paulo Motta, de 1972, em coautoria com Valentina Schmitt (uma das muitas doutoras brasileiras orientadas por ele ao longo dos últimos quarenta e tantos anos).

Além disso, recentemente, estabelecendo conexões com as críticas pós-desenvolvimento do desenvolvimento internacional, alguns autores dos ECGs reformulam ostensivamente as ortodoxias neutralistas, de gerencialismo a-espacial, como estudos imperiais de organizações e gestão de fato, sem inibição em suas reivindicações de “relevância” para o resto do mundo não norte-atlântico (ver CALÁS e SMIRCICH, 2013) nem vergonha de suas paródias por lá (ver abaixo). Alguns autores tratam do entrelaçamento entre gestão/administração e desenvolvimento no contexto da Guerra Fria (p. ex., ALCADIPANI e COOKE, 2013; BARROS e CARRIERI, nesta edição); outros mostram como a subalternização persiste no presente (p. ex., IBARRA-COLADO, 2006; MURPHY, 2008; GUEDES e FARIA, 2010; COOKE, 2010; ALCADIPANI, KHAN, GANTMAN et al., 2012). Neste século, o unilateralismo pós-11 de setembro dos EUA depreciou os discursos globalistas neoliberais de paz mundial, mercados livres e interdependência. Mais importante, agora, é o fato de que o Atlântico Norte está alavancando os discursos de segurança e de guerra contra o terror para legitimar o retorno a um globalismo imperial mais explícito (STEGER, 2009). Robert Kaplan, um premiado e influente expert em Pentágono, foi muito claro ao afirmar que os mercados livres não podem se expandir sem poder militar e que as questões militares não podem mais ser tratadas separadamente dos temas econômicos, e vice-versa. Ele escreve – sem qualquer relutância – em *Supremacy by stealth: ten rules for managing the world* [Supremacia camuflada: dez regras para administrar o mundo] (2003, p. 11):

O objetivo do poder não é o poder em si; trata-se de um propósito fundamentalmente liberal de manter as principais características de um mundo em ordem. Essas características incluem a estabilidade política básica, a ideia de liberdade, o respeito à propriedade; a liberdade econômica; e um governo representativo, compreendido de modo cultural. Neste momento, é o poder americano, e somente o poder americano, que pode servir como princípio organizador para a expansão mundial da sociedade civil liberal.

A partir daquilo que se imaginou que constituiria o túmulo do império, ressurgiram intervenções fundamentadas na militarização norte-atlântica da economia e da política, em geral, e práticas de desenvolvimento, em particular. O objetivo anunciado é a segurança do Ocidente; a realidade é a extração econômica e o domínio norte-atlânticos. As revelações de que o programa de vigilância global da Agência de Segurança Nacional dos EUA presta mais atenção ao Brasil do que em qualquer outro país da América Latina, inclusive Cuba, mais do que a Líbia ou Argélia, e tanto quanto a Rússia, somente podem ser entendidas dessa forma (GREENWALD e MCASKILL, 2013). Em termos de guerra contra o terror e ameaças à segurança interna dos EUA, o Brasil é totalmente benigno. Até que, portanto, seja considerado por alguém uma ameaça econômica – um desafio material e (mais ou menos) ideológico ao neoliberalismo armado do Atlântico Norte (GLOSNEY, 2010).

Do Desenvolvimento-Administração ao Desenvolvimento & Administração

Então, seguir o nexos desenvolvimento-administração envolve revelar não só o passado, ou mesmo lições para o presente no passado. Em vez disso, expõe-se a existência de filões de recursos imperiais, que

assumem uma variedade de formas materiais e culturais, estabelecidas ao longo dos séculos, mas constantemente reabastecidos para ser implantados onde e quando os interesses do Atlântico Norte apresentarem uma necessidade imediata. Decerto, nossa lógica estaria errada se o estabelecimento da gestão/administração do Atlântico Norte reconhecesse este estado de coisas, apesar de seu interesse declarado na gestão internacional, nos negócios internacionais e nas culturas internacionais/nacionais. Fora dos ECGs há, porém, um foco gerencialista relativamente novo e declarado sobre os “problemas” da pobreza e do desenvolvimento globais, notavelmente associado ao conceito de Base (ou Fundo) da Pirâmide (BdP) (PRAHALAD, 2009). No entanto, esse basismo/fundismo alicerça-se em determinado a-historicismo, no qual os compromissos iniciais da gestão/administração do Atlântico Norte com o desenvolvimento, geralmente destrutivos, encontram-se profundamente enterrados. Um exemplo bem particular são os famosos princípios “ujamaa vijijini” de desenvolvimento local, com base na aldeia, rural, das décadas de 1960 e 70, do presidente que assumiu a Tanzânia logo após sua independência, Julius Nyerere (curiosamente, às vezes, “ujamaa” é traduzido como “socialismo”, p. ex., pela *Wikipédia*). O estrondoso fracasso desses princípios, e de outras supostas tentativas de Nyerere de adotar um socialismo africano, levou comentaristas da direita dos EUA, como Charles Lane, a afirmar que:

O ex-ditador da Tanzânia, Julius Nyerere, foi o único responsável pela destruição econômica de seu país, potencialmente rico. (1999, p. 16; citado por IBHAWOH e DIBUA, 2003)

Na verdade, independente de o que ele tenha sido e tenha acontecido, Nyerere não estava sozinho. Ele recebeu uma grande ajuda, dentro do contexto de apogeu do gerencialismo norte-atlantista, da McKinsey & Co. A anódina cartilha de Max (1991) sobre o governo local da Tanzânia assim se exprime:

Antes do lançamento do novo sistema de governo local descentralizado, o governo procurou os serviços da McKinsey & Co., Inc., uma empresa de consultoria capitalista internacional especializada em gestão/administração do desenvolvimento. A empresa foi contratada para elaborar as modalidades e os mecanismos operacionais do novo sistema (199, p. 84).

Resnick (1996) denomina esse evento *golpe de misericórdia* da McKinsey na Tanzânia, o ponto culminante de uma série de intervenções destrutivas na Corporação Estatal de Comércio, e no suprimento de compras, educação e serviços de saúde ao governo. Além disso, acrescentaríamos, aqui, que o trabalho da McKinsey de então, assim como o trabalho em curso agora (por isso, não se tratou, de modo algum, o ponto culminante da McKinsey), foi financiado por empréstimos ao governo da Tanzânia por parte de instituições multilaterais e bilaterais, que se encontram incorporados em sua dívida nacional, garantindo que a Tanzânia continue a ser um “país pobre altamente endividado”; a base de sua pirâmide populacional contribui para o pagamento da dívida com cerca de 35 a 45% do PIB, dependendo da fonte consultada (p. ex., MAGOMBA, 2013; ver, também, COOKE, 2004, para uma descrição da rolagem da dívida). O uso de “capitalista” por Max encontra-se em contexto claramente não pejorativo. Trata-se apenas de sua descrição daquilo que a McKinsey representou. Por sua vez, isso sustenta o argumento maior de Ibhawoh e Dibua (2003), corroborado por autores da literatura de pós-desenvolvimento, de que o paradigma do desenvolvimento, de fato, transcendeu as distinções socialista/capitalista (resumidas em COOKE e DAR, 2008). Decerto, não se encontrará nenhuma referência sobre a nova BdP do desenvolvimento & administração dentre as 23 citações de Ibhawoh e Dibua. Tampouco iremos encontrar uma citação de Motta (1972), seja por si só, em busca de um desenvolvimentismo que seria desacreditado de outra forma, ou como representante dos resultados dos mais de 2.500 periódicos revisados por pares em língua portuguesa do Brasil.

Com efeito, o terreno do conhecimento teve de ser limpo, houve a remoção de todas as dificuldades nativas e foram erigidas algumas barreiras antes que esse terreno pudesse ser reocupado de modo seguro pelos colonizadores administrativos do Atlântico Norte. E foi isso que aconteceu. Com o receio do Atlântico Norte de que as economias emergentes viessem a ameaçar sua posição na ordem mundial, não por meio do terror, mas por meio de políticas públicas, elas tornaram-se alvos por meio da implantação, como na Guerra Fria, da

racionalidade gerencialista. A cumplicidade da academia de administração norte-atlântica nesse sentido é simbolizada Conferência na África do *Academy of Management* [dos EUA], realizada em Joanesburgo em janeiro de 2013. Embora outros países tenham suas próprias associações acadêmicas de gestão/administração e, ainda, apesar de existir uma organização “guarda-chuva” congregando todas elas [a Federação Internacional de Associações Acadêmicas de Administração (IFSAM)], a Academia de Administração [dos EUA] (i.e., *Academy of Management*) considera ser sua missão (aquela palavra com aroma imperial), como diz nossa citação introdutória, “mostrar à organização do mundo e aos estudiosos da administração as singulares capacidades e necessidades da África” (ACADEMY OF MANAGEMENT, 2013). A organização africana e os estudiosos de gestão/administração, naturalmente, fazem parte do mundo; e o *Academy of Management* dos EUA apenas se representa, ela não tem poder para mostrar coisa alguma “ao mundo” e “aos estudiosos de gestão/administração”. Essa é a verdade, sem dúvida, a não ser que acredite que o estudioso do mundo e o estudioso dos EUA sejam a mesma pessoa. Mais uma vez, o academicismo determinado pelo a-historicismo, que ignora o africano e os estudos do desenvolvimento, mostra-se presente. Por exemplo, se a tirania extrativa da McKinsey na Tanzânia da década de 1970 tivesse sido reconhecida, poderíamos ter a esperança de ver “reparações” como um dos temas da conferência em Joanesburgo. Afinal, o gerencialismo do Atlântico Norte não se refere a nada se não se referir ao ponto de partida.

Mas, não; em vez disso, há quatro temas: Instituições navegantes: negócios, governo e sociedade civil; Empresas de mercados emergentes e EMNs: características e aspirações globais; Base da pirâmide: consumidores de mercados emergentes, trabalhadores e gestores/administradores; e Diversidade cultural e sociedades de transformação. Nenhum desses enquadramentos da África encontra-se livre do legado imperial e de suas consequências. Abordando apenas o terceiro deles, por ora, BdP, suas raízes nos estudos de gestão estratégica internacional (p. ex., BRUGMANN e PRAHALAD, 2007; BRUTON, 2010) e, particularmente, em Michigan, do falecido C.K. Prahalad (2009), *The fortune at the bottom of the pyramid: eradicating poverty through profits* [A fortuna na base da pirâmide: como erradicar a pobreza por meio dos lucros]. O título diz pouco, mas o suficiente. A palavra “fortuna”, sem dúvida, convida a uma inversão das reivindicações para oferecer uma agenda de mercantilização pró-pobre. Não é menos importante o fato de que há uma espécie de eco do modo como o império sempre foi vendido aos especuladores brancos, como a fonte de riqueza inimaginável (existe ouro onde há favelas e comunidades carentes). Levando isso um passo adiante, diríamos que a estratégia da BdP de proporcionar aos cidadãos das economias emergentes uma extraordinária fonte de movimento e de pôr sua atividade econômica autônoma diretamente nos bolsos das empresas multinacionais constitui uma colonização com fins lucrativos daquilo que o gerencialismo nos levaria a acreditar ser “vazios institucionais”. Por causa desses “vazios institucionais”, há necessidade de criar novas estruturas institucionais mercantilizadas, as melhores possíveis, para extrair riqueza por meio delas. Isso se assemelha ao modo como, nas primeiras décadas do imperialismo, os antropólogos coloniais exerciam a função de inventores institucionais, ao formular cientificamente “tribos” que, então, tinham de ter “chefes”, para gerar uma estrutura institucional na qual os extratores coloniais poderiam participar e pôr em prática sua modalidade preferida de exploração.

Esse “auxílio” de caráter BdP, liderado pelos Estados Unidos, demanda a invisibilização e deslegitimação das instituições dos países em desenvolvimento, além daquelas de ensino e pesquisa (incluindo periódicos acadêmicos). O truque consiste na existência de uma tábua rasa institucional sobre a qual as soluções do gerencialismo de BdP podem ser impostas. Os textos e prescrições correspondentes pressupõem que as nações não possuem adversários legítimos para a mercantilização, não há sindicatos, não há legislação trabalhista, não há empresas estatais ou instituições financeiras. Ou, gostemos ou não, não há candidatos do Partido dos Trabalhadores eleitos para a Presidência da República três vezes seguidas, com índices de popularidade, até então, sempre acima dos 50% (Brasil); ou, na África do Sul, um partido no poder com uma aliança tríplice de longa data com os sindicatos (a Confederação dos Sindicatos da África do Sul, de nossa citação introdutória) e com o Partido Comunista. Não obstante, as atuais reivindicações do gerencialismo relativas à eficiência apolítica e à racionalidade também carregam a pesada implicação de que a presença dessas instituições contaminantes é, de fato, insensata. Esse enfraquecimento é revertido a marteladas quando a estratégia da BdP passa a ser invocar sua racionalidade para o mais nobre dos fins éticos, impedir

que as pessoas passem fome. A geração de fortuna, o lucro, não é incidental nem aqui nem lá. Ou, talvez, ele é aqui, mas ele foi lá.

Sem dúvida, às vezes, esse desafio à legitimidade mostra-se mais que implícito. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil é substancial, maior que o Banco Mundial. Mostra-se totalmente apropriado que as ONGs brasileiras estabeleçam uma plataforma, <http://www.plataformabndes.org.br>, por meio da qual possam, coletivamente, submeter o BNDES ao escrutínio, apesar da legitimidade que acumula como instituição de um Estado democrático. Embora ainda seja um banco de desenvolvimento, isso o que torna completamente diferente do Banco Mundial. O presidente deste é escolhido somente pelos EUA, mas reina sobre o mundo (a pista está contida em seu nome). Dessa vez, porém, o mundo refere-se a toda parte, exceto os EUA. Ainda assim, o escrutínio da sociedade civil mostra-se uma coisa boa. Nós nos recusamos, de fato, a aceitar o financiamento dessa plataforma pela Fundação Ford dos EUA. Aparentemente para desenvolver uma digressão, Thomas Carroll é uma figura bastante famosa na história institucional do gerencialismo do Atlântico Norte. Ele foi reitor de negócios da Universidade de Siracusa, posteriormente, foi reitor de Comércio da Universidade da Carolina do Norte (ambas nos Estados Unidos), antes de tornar-se vice-presidente da Ford, em 1953, onde, como aponta Khurana (2007), ele produziu um influente relatório que veio a moldar a educação em administração dos EUA (CARROLL, 1954). Durante a década de 1950 e o início da década de 1960, a Fundação Ford tomou por base o trabalho da USAID para criar uma escola de negócios “irmã” da EBAP, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). Pouco antes de sua morte, em 1964, Carroll visitou São Paulo. Enquanto lá esteve, conheceu e deu conselhos ao então novo Ministro das Finanças da ditadura militar brasileira em relação aos planos deste, e, ao mesmo tempo, obteve seu apoio à EAESP (ALCADIPANI e COOKE, 2013). Desse modo, alguns podem questionar o direito da Fundação Ford de sempre intervir, posteriormente, no Brasil (embora, afinal de contas, a McKinsey ainda intervenha na Tanzânia). Decerto, sugeriríamos que há certa ironia em sua preocupação com a prestação de contas e que os novos imperialistas da gestão/administração, defendendo a mesma agenda econômica e ética que justificou a gestão/administração colonial no início do século XX, podem encontrar, aqui, algumas pistas para reflexão.

Essa menção da administração colonial incentiva-nos a voltar um espelho do desenvolvimento imperial às duas epistemologias e metodologias fundamentais do gerencialismo (BARLEY e KUNDA, 1992). Aqui, também, a evidência confirma a observação de Trouillot de que o encontro colonial atlântico foi constitutivo da modernidade eurocêntrica. Em primeiro lugar, o direcionamento explícito e a coação de trabalhadores por meio da “administração científica” não se originou, como os próprios historiadores da gestão/administração indicam, na fábrica fechada, mas na plantação do sul dos EUA, para disciplinar de modo produtivo os 4 milhões (em 1861) de trabalhadores lá escravizados. Estes foram, por sua vez tecnologicamente (ferrovias) e economicamente integrados à moderna economia global (COOKE, 2004). Em segundo lugar, a abordagem humanista, suave, ou cultural da administração, na qual os trabalhadores recebem um pouco de autonomia, limitada, a fim de que eles possam “aderir” ao processo de trabalho encontra suas raízes na noção da administração colonial britânica, do início do século XX, do Duplo Poder, e sua operacionalização como Governo Indireto. O aroma de missão do Academy of Management dos EUA na África e os princípios da BdP, além do governo dual (ou seja, duplo) da responsabilidade imperial, foram estabelecidos para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar cultural dos sujeitos coloniais, que eram, naturalmente, muito atrasados para conhecerem eles mesmos seus interesses mais importantes. Para o bem-estar econômico, vamos, é claro, ler como extração; para o bem-estar cultural, como concordância. O Governo Indireto foi um modo de proporcionar uma autonomia limitada aos sujeitos coloniais – ou melhor, aos seus (com frequência, inventados) “chefes tribais”, tentando, assim, cooptar as elites locais, uma vez que aceitassem que “o poder soberano estava reservado”. A pesquisa-ação, descrita por muitos como a base da virada cultural na gestão/administração, foi inventada, entre outras coisas, como um modo pelo qual, frequentemente, o Governo Indireto operava nas reservas indígenas dos EUA durante o New Deal (COOKE, 2003).

Gestão/Administração & Desenvolvimento: Ainda Modernizações Duais?

Estes dois últimos casos começaram a estabelecer o simultâneo entrelaçamento e distanciamento entre a gestão/administração e o desenvolvimento. Nesta seção, vamos complicar um pouco mais. Segundo Corbridge (2007), o *mainstream* da prática do desenvolvimento está comprometido com dois princípios principais, contraditórios. O primeiro é o da diferença – o Terceiro Mundo é diferente do Primeiro Mundo; o segundo é o da semelhança (“nós” devemos tornar “eles” mais parecidos “conosco”). A diferença foi traduzida no desenvolvimento como hierarquia. Os discursos e as políticas do desenvolvimento são mobilizados pelos países desenvolvidos para fazer com que os países subdesenvolvidos progridam. Isso ocorre da mesma forma como a modernidade eurocêntrica sempre foi imposta aos bárbaros, aos não brancos e aos povos não civilizados como o único e inevitável caminho para a civilização (QUIJANO, 2000; cf., também, administrativamente, nosso comentário sobre o Governo Dual). De modo simultâneo, a obtenção da similaridade sempre é enquadrada como uma condição necessária para um mundo civilizado. Os bárbaros e selvagens devem ser resgatados de seu compromisso estranhamente “natural” com o atraso e a violência. Assim como a hierarquia de necessidades de Maslow descreveu um caminho metafísico naturalizado para a civilização humana e a iluminação, os estágios do desenvolvimento econômico de Rostow descrevem um caminho naturalizado semelhante para o desenvolvimento civilizado. Maslow observou paralelos diretos entre ele mesmo e Rostow; e ambos acreditavam que o único lugar no mundo onde suas utopias idealizadas foram atingidas são os EUA, e que o resto do mundo deve aspirar a ser civilizado da mesma forma (COOKE, MILLS e KELLEY, 2005). Decerto, onde se poderia civilizar de acordo com os próprios termos locais, o povoado teve de ser destruído, a fim de salvá-lo. Quando esse foi o caso, a implantação da racionalidade administrativa na perpetração da violência organizada foi inequívoca. Por isso, os princípios literalmente fordistas de administração foram aplicados à exaustão em caráter militar pelo ex-presidente da Ford Motor Company, Robert McNamara, como Secretário de Defesa dos EUA, durante a Guerra do Vietnã (SHEEHAN, 1988).

Poderíamos dizer que esse compromisso com a semelhança e a diferença é uma visão de mundo compartilhada entre o desenvolvimento (o desenvolvimento internacional, sem dúvida) e os estudos de gestão/administração. Se os estudos de gestão/administração possuem um único texto fundamental, trata-se dos *Principles of scientific management* [Princípios de administração científica], de F. W. Taylor (1911), publicado pela mesma editora que, 98 anos mais tarde, trouxe a lume C. K. Prahalad (2009). Nesse livro, Taylor descreve de um modo que se tornou famoso um operário imigrante subdesenvolvido, “Schmidt”, que fala apenas um inglês rudimentar, é socializado e segue a ordem – ele é, de fato, civilizado – por meio da razão economicista da gestão/administração científica aplicada nos processos de fabricação de aço nos EUA. Os moinhos em que Schmidt e Taylor trabalharam produziam trilhos para as ferrovias então construídas com capital dos EUA ao redor das Américas, além de blindagem e armamento de grande porte para os navios de guerra dos Estados Unidos (COOLING, 1979; KANIGEL, 1997). A dominação dos EUA sobre seu “quintal” latino-americano (p. ex., JONES, 2000) foi, assim, garantida pelo comércio e pela força, pela terra e pelo mar.

Enquanto isso, em nível micro, a separação, por parte da administração científica, dos seres humanos entre aqueles aptos para o trabalho “intelectual” e aqueles aptos apenas para o trabalho “manual”, além de sua insistência na seleção do “homem certo [*sic*] para o trabalho certo”, aparentemente, evoluíram e converteram-se, nos dias atuais, em técnicas sofisticadas para identificar e mensurar as capacidades e competências humanas associadas à gestão/administração de recursos humanos; isso encontra sua genealogia nas obsessões dos antropólogos coloniais pelas metodologias racionais para distinguir a “raça” das pessoas. A desconstrução científica do ser humano por parte do taylorismo também constituiu um espelhamento direto da mercantilização quase contemporânea dos seres humanos como produtos diferenciados nos mercados de escravos do sul dos EUA (COOKE, 2004). O Schmidt real tinha sofisticação europeia e tornou-se um empreendedor bem-sucedido por meio de direitos adquiridos por ele mesmo (KANIGEL, 1997). A necessidade de sua deturpação por meio de uma narrativa da diferença/semelhança, na qual um homem atrasado torna-se civilizado pelo esforço produtivo necessário para civilizar/americanizar o mundo fala com

o poder imaginário do tropo entre as elites do Atlântico Norte, para quem Taylor estava evangelizando seus princípios. Isso era assim naquela época, apesar de tudo; porém, como discutimos, isso ainda é assim hoje.

Um panorama da Edição Especial

Nas seções anteriores, estabelecemos – do modo mais coerente possível – os entendimentos que motivaram nossa produção desta Edição Especial. Nossos colaboradores terão outros, é claro, e, não menos importante, pode-se querer abrir ainda mais as possibilidades de uma relação entre administração e desenvolvimento que é produtiva e, até, emancipatória. Nisso, aceitamos que, em nossa introdução, com seu foco no desenvolvimento internacional, indubitavelmente, subestimamos as contribuições dos teóricos brasileiros acerca do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, assim como, por exemplo, a retomada das análises de Celso Furtado, encontrada em Wanderley e Faria (2012a, 2012b).

Imediatamente após este editorial temos o comentário de abertura já mencionado, no qual se atualizam as ideias do artigo de 1972, dadas as transformações da sociedade brasileira e da sociedade global, além da administração pública, ao longo dos últimos 40 anos. Paulo Motta aceitou gentilmente nosso convite para contribuir e, com Valentina Schmitt, elaborou uma atualização de suas ideias, tendo em vista as diversas transformações da sociedade e, em especial, da administração pública ao longo dos últimos 40 anos. Seu artigo mostra que o desenvolvimento-administração (o nexos desenvolvimento – administração) ainda deve constituir um importante objeto de pesquisa e análise, ser acolhido pela comunidade acadêmica e pelas instituições no Brasil.

O primeiro artigo mostra que o incentivo ao diálogo entre desenvolvimento e administração pode ser uma importante forma de desafiar o atual estado de coisas. O artigo traz à tona o papel colonizador da cooperação internacional na gestão/administração de programas de desenvolvimento na região sudoeste da Bahia. Wesley Santana argumenta que as condições específicas da região semiárida e as desigualdades nas sub-regiões correspondentes criam condições favoráveis para o casamento entre desenvolvimento e dependência. Ele acrescenta que a ausência de um campo focado no nexos desenvolvimento-administração no Brasil é um fator que ajuda a explicar situações problemáticas que afetam as populações envolvidas. A investigação crítica de um projeto de desenvolvimento comunitário na região do Rio Gavião mostra, por outro lado, que a cooperação internacional promovida por organizações menos poderosas cria algumas pequenas e importantes oportunidades para a implantação de “administração alternativa” e de “alternativas à administração”. O artigo sugere que tais oportunidades são raras – e resultam não só das assimetrias políticas enfrentadas pelas comunidades locais em relação ao Norte (no sentido global), das agendas e instituições de desenvolvimento e do governo regional, mas, também, das assimetrias epistêmicas, relacionadas aos mecanismos de imposição da gestão/administração euro-americana. No final, Wesley argumenta que a grande população desses espaços sub-regionais na Bahia requer “outra” gestão/administração (para o desenvolvimento), que seja capaz de promover a participação, inclusão e o empoderamento de pessoas/poderes locais.

No segundo artigo, Carlos Milani e Julio Loureiro investigam o papel da cooperação para o desenvolvimento internacional em Duque de Caxias, município do Rio de Janeiro (um dos estados mais importantes do Sul do Brasil), que enfrenta problemas não muito diferentes daqueles enfrentados no Norte do Brasil, apesar de Duque de Caxias ser o 8º município na classificação do produto nacional. Os autores argumentam que uma perspectiva crítica é necessária. Ao assumir tal posição a partir do Sul desenvolvido no Rio de Janeiro – o primeiro autor foi professor em uma das poucas universidades de Duque de Caxias (i. e., Unigranrio) e o segundo autor, que foi orientado pelo primeiro em seu mestrado, é hoje em dia um acadêmico com dedicação em período integral na mesma instituição – eles iniciam o artigo questionando as condições que tornaram possível a posição econômica privilegiada de Duque de Caxias e suas desprivilegiadas posições sociais, políticas e de desenvolvimento humano. O município de Duque de Caxias, discutem os autores, ilustra e encarna as contradições do desenvolvimento, suas desigualdades derivadas da presença de agências internacionais de desenvolvimento apoiada por elites locais. Eles investigam o papel dessas agências em

Duque de Caxias e questionam a escassez de estudos sobre esse assunto, dada a sua importância na localidade. Em termos gerais, a investigação mostra que o local carece de expertise em “administração do desenvolvimento” – apontada por Paulo Motta e Valentina Schmitt neste número especial como uma lacuna epistemológica que não afetou apenas as regiões tanto do Norte como do Sul do Brasil, mas o país como um todo. As condições de assimetria são reforçadas pelo nexos local-global do desenvolvimento internacional. As autoridades locais não detêm as habilidades e os recursos para “administrar” as organizações internacionais e seus programas desenvolvidos em cooperação com outras organizações locais. Dessa forma, os cidadãos e as comunidades de Duque de Caxias distanciam-se da esfera política que afeta suas vidas (paralelamente ao primeiro artigo, de Santana, aqui); e isso também ocorre com os “administradores” que devem assumir responsabilidades pelo envolvimento com essas organizações. Em conclusão, eles refletem sobre quais formas novas de relacionamento com agências internacionais devem ser construídas em Duque de Caxias para superar o modelo de desenvolvimento perverso que se tornou dominante em um dos mais importantes municípios do desenvolvido Sul do Brasil.

O terceiro artigo desta Edição Especial combina-se aos argumentos levantados pelos autores do segundo estudo. Barros e Carrieri, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais, acompanham os estudos anteriores de Alcadipani e Cooke (2013) e Bertero, Alcadipani, Cabral et al. (2013) sobre a fundação da educação em desenvolvimento e/ou administração no Brasil. Sua contribuição específica, empiricamente fundamentada, –é particularmente importante por afirmar as tendências gerais discutidas nas partes iniciais da nossa introdução, utilizando material de arquivo e outras fontes empíricas das décadas de 1950 e 60, para delinear a fundação da educação em administração no Brasil naquele período. O que eles deixam absolutamente claro é que esse domínio institucional foi estabelecido em consequência das relações internacionais EUA-Brasil que imperavam na época. Então, eles mostram, seguindo Alcadipani e Bertero, que a FGV-EBAP foi criada especificamente como forma de cumprir o Ponto IV do projeto de Desenvolvimento de Truman no Brasil, e como uma tentativa de consolidar as relações intergovernamentais. No entanto, a situação do terreno era diferente – houve resistência à americanização e ao desenvolvimento-administração do currículo, por parte de economistas que tinham interesses disciplinares específicos, mas, também, daqueles que se opunham à americanização dos projetos de desenvolvimento do Brasil.

No quarto artigo, de Jackeline de Andrade, José Neto e José Valadão, todos da Universidade Federal de Pernambuco, comprometem-se com o nexos desenvolvimento-administração sob o ponto de vista da tecnologia (social). Mais especificamente, eles criticam as “alternativas de desenvolvimento” produzidas pelas perspectivas sociais sobre a tecnologia (as chamadas tecnologias sociais). Os autores realizam um detalhado estudo de caso, com base na teoria ator-rede, da trajetória tecnológica de um programa de sucesso na região semiárida da Bahia – o denominado “Um Milhão de Cisternas Rurais”. A investigação se baseia no argumento crítico de que a pesquisa sobre administração e desenvolvimento deve promover a compreensão das traduções realizadas pelos atores envolvidos nesses processos tecnológicos de transformação, e no modo como as ações estratégicas correspondentes estão relacionadas a “administrações” alternativas do desenvolvimento. A partir dessa perspectiva, os autores mostram que os padrões de criatividade cultural e morfogênese social, que apresentam “o verdadeiro desenvolvimento”, como teorizado por Celso Furtado (1974, 1982), constituem uma característica-chave desse programa. No final, os autores reconhecem que esses resultados não significam que a imposição da “administração do desenvolvimento” por meio de tecnologias sociais por parte dos mais poderosos não cessou. É necessário incentivar a realização de novas investigações no Brasil e em quaisquer outros países que desafiem a literatura *mainstream* em gestão/administração do desenvolvimento. Eles argumentam que isso pode ser alcançado por meio de uma perspectiva teórica que assuma “o verdadeiro desenvolvimento” e as administrações alternativas no Sul como possibilidades que devem ser levadas a cabo.

No quinto artigo, Carlos Justen e Luis Neto, ambos da Universidade Federal de Santa Catarina, oferecem uma análise teórica do nexos administração-desenvolvimento para desenvolver alternativas baseadas na noção de *administração social*. Os autores destacam a crise da modernidade eurocêntrica e da colonialidade intelectual no campo dos estudos organizacionais e da gestão como principal justificativa para promover uma noção mais dialógica do desenvolvimento no/do Sul. Os autores definem o caso de um “Movimento

Antropológico e Ecológico”, por meio do qual se pode articular um diálogo entre administração e desenvolvimento. Seu estudo explora algumas das questões voltadas ao ser humano também levantadas pelo artigo de Andrade et al. que o precede. Eles argumentam que o princípio ecológico fundamental de interdependência e uma perspectiva antropológica sobre a administração são necessários para reconectar gestão/administração e desenvolvimento sob uma perspectiva alternativa, embora um tanto utópica, ao unilateralismo reificado eurocêntrico dominante. No fim, os autores apresentam oito proposições sob um ponto de vista antropológico/ecológico para o que poderia ser visto como a redeterminação da lógica do desenvolvimento – a lógica da simbiose dialógica homem/natureza.

O último artigo, de Maria Ceci Misoczky, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, e de Steffen Böhm, da Universidade de Essex, é importante em diversos sentidos. Ele amplia nossa consideração sobre as intervenções do desenvolvimento para analisar as indústrias extrativas, bem como o papel do Banco Mundial ao lançá-las sobre as comunidades locais, em nome de seu modelo ultra-neo-liberal de desenvolvimento a partir dos anos 1990. Além disso, são ampliadas as considerações nacionais deste periódico para a Argentina; ao fazê-lo, de maneira fundamental e relevante, servem para explicar que a aparente inexorabilidade do projeto de desenvolvimento, em geral, e as intervenções do desenvolvimento, de modo específico, são passíveis de oposição e resistência por parte das comunidades locais. O que elas também demonstram são as respostas gerencialistas a essa resistência, sob a forma de ECGs e governança corporativa. Ao apresentar esse relato, relevante para esta Edição Especial e para os compromissos com a administração do desenvolvimento em geral, os autores também dão voz àqueles que, normalmente, ficam em silêncio/são silenciados por tais intervenções.

Concluindo – Ou Abrindo Possibilidades Transmodernas?

Aqui concluímos a introdução, mas a parte mais importante da questão está prestes a começar. Nela, Maria Ceci Misoczky e Steffen Böhm foram convencidos a fazer um último favor a estes editores, ao dispor seu artigo como o último na sequência. O que eles proporcionam a nós, e a nossos leitores, é uma teorização do desenvolvimento-como-modernização, elaborado, dentre outras fontes, a partir de Quijano (2000) e, particularmente, de Dussel (2011). Nela, eles disponibilizam uma filosofia e uma epistemologia, fundamentadas não apenas no Atlântico, mas nos debates latino-americanos sobre a modernidade, modernidades alternativas e alternativas à modernidade. Estas vêm ganhando terreno no campo dos estudos organizacionais e da gestão/administração como uma resposta necessária às retomadas da administração imperial e dos estudos organizacionais. Isso pode tornar-se repetitivo, mas, ao fazê-lo, uma vez mais, eles apontam as lacunas conceituais no gerencialismo do Atlântico Norte e seus compromissos com o desenvolvimento e com o lado negro da modernidade eurocêntrica (MIGNOLO, 2011). Isso apesar das alegações de reflexividade na metafísica de sua investigação que o gerencialismo sempre apresentou.

Portanto, o artigo de Maria Ceci Misoczky e Steffen Böhm permite-nos enquadrar os outros artigos desta Edição Especial sob uma perspectiva sintonizada com o conceito utópico e generoso de transmodernidade apresentado por Enrique Dussel dentro dos domínios da filosofia (da libertação) e implacavelmente perseguido no campo de estudos organizacionais e da gestão por Eduardo Ibarra-Colado (1957-2013). Eduardo foi um amigo querido, um homem gentil, do qual sentimos saudade, e dedicamos esta Edição Especial a ele (DUSSEL e IBARRA-COLADO, 2006; IBARRA-COLADO, 2006, 2008, 2010). A transmodernidade representa uma espécie de esforço utópico da América Latina que nos obriga não a meramente virar as costas para a modernidade eurocêntrica, uma vez que a própria “modernidade” em si representa um amálgama de conhecimentos, tradições e possibilidades que foram apropriados ou eliminados da/pela episteme dominante devido a motivos geopolíticos e imperiais (DUSSEL, 2011). Esses motivos foram postos em questão de diversas maneiras em todos os artigos desta Edição Especial, o que representa, portanto, uma gama de possibilidades de transmodernidade, ou, pelo menos, proporciona as condições de sua existência. À medida que esse for o caso, as fissuras e as rachaduras do nexos desenvolvimento/administração passam a tornar-se cada vez maiores. Sem dúvida, precisamos de muito mais do que isso, pois uma Edição

Especial poderia prestar-se a inúmeras outras questões. Por essa razão, esperamos, ao menos, que esta motive muitas outras contribuições de diversas partes do mundo (e em muitos outros idiomas).

Ao tornar possível a transmodernidade, esperamos que os leitores sejam capazes de decretar uma gama de alternativas (ao invés de apenas uma) para co-construir o amálgama pluriversal de conhecimentos e epistemes que foi impossibilitado pelos mencionados lados mais negros da modernidade eurocêntrica. Apesar de todas as assimetrias e injustiças que os campos de administração-desenvolvimento e de estudos organizacionais e da gestão representam, decretam e permitem, e cientes dos perigos (nada menos que a cooptação), acreditamos, de fato, a fim de trazer a transmodernidade de volta à vida, que, coletivamente, temos de engajar-nos. Nesta Edição Especial, nós, nossos autores, avaliadores e o Cadernos EBAPE.BR fizemos tudo o que esteve ao nosso alcance para torná-la acessível, interessante e “relevante” para nossos colegas norte-atlânticos. Seu futuro só pode ser alcançado – assim como a sua e a nossa emancipação/libertação só pode ser alcançada – por meio de um compromisso do Sul, moldado por uma decisão autodeterminada de des(cons)truir a inconfessa geopolítica norte-atlântica de suas ortodoxias. Essa é uma pré-condição para a implantação da transmodernidade e a co-construção de um mundo no qual muitos mundos (e conhecimentos) possam coexistir.

Referências

- ACADEMY OF MANAGEMENT. Available at: <http://meeting.aomonline.org/international/southafrica/>. Retrieved on: June 26, 2013.
- ALCADIPANI, R.; CALDAS, M. Americanizing Brazilian management. **Critical Perspectives on International Business**, v. 8, n. 1, p. 37-55, 2012.
- _____; COOKE, B. The Ford Foundation’s Mess in Brazil. **Best Paper Proceedings of the Academy of Management Meeting**, 2013.
- _____. et al. Southern voices in Management and organization knowledge. **Organization**, v. 19, n. 2, p. 131-143. 2012.
- BARLEY, S.; KUNDA, G. Design and devotion: Surges of rational and normative ideologies of control in managerial discourse. **Administrative Science Quarterly**, p. 363-399, 1992.
- BERTERO, C. et al. Os desafios da produção de conhecimento em administração no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 1, p. 181-196, 2013.
- BRUGMANN, J.; PRAHALAD, C. Co-Creating Business’s New Social Compact. **Harvard Business Review** v. 85, n. 2, p. 80–90, 2007.
- BRUTON, G. Business and the World’s Poorest Billion: The Need for an Expanded Examination by Management Scholars. **Academy of Management Perspectives**, v. 24, n. 3, p. 6–10, 2010.
- BURRELL, G. **Pandemonium: Towards a Retro-Organization Theory**. London: Sage. 1997
- CALÁS, M.; SMIRCICH, L. *Organization@21* The journal of disconcerting organization theory and action. **Organization**, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2013.
- COOKE, B. Participation, ‘process’ and management: lessons for development in the history of organization development. **Journal of International Development**, v. 10, p. 35–54, 1998.
- _____. A new continuity with colonial administration: participation in development management. **Third World Quarterly**, v. 24, n.1, p. 47-61, 2003.

-
- _____. The management of the (Third) World. **Organization**, v. 11, n. 5, p. 603-29, 2004.
- _____; MILLS, A.; KELLEY, E. Situating Maslow in Cold War America: a Recontextualization of Management Theory. **Group and Organization Management**, v. 30, n. 2, p. 129-152, 2005.
- _____. Managerialism as knowing and making Latin America: international development management and world bank interventions. In: Guedes, A.; Faria, A. (eds) **International Management and International Relations**. London: Routledge p. 161-184, 2010.
- COOLING, B. F. **Gray Steel and Blue Water Navy: The Formative Years of America's Military Industrial Complex**. Hamden Connecticut: Archon Books. 1979.
- CORBRIDGE, S. The (im)possibility of development studies. **Economy and Society**, v. 36, n. 2, p. 179-211, 2007.
- DAR, S.; COOKE, B. **The New Development Management: Critiquing the Dual Modernization** [eds] Londo: Zed Books. 2008.
- DOS SANTOS, T. **A Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DUSSEL, E. Transmodernidad e interculturalidad (Interpretacion desde la Filosofia de la Liberacion). In: Lander, E. (org) **La colonialidad Del saber: eurocentrismo y ciências sociales**. Buenos Aires: CLACSO. 2nd Ed, 2011.
- _____; IBARRA-Colado, E. Globalization, Organization and the Ethics of Liberation. **Organization**, 2006.
- ESCOBAR, A. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FARIA, A. Repensando produtivismo em gestão no (e a partir do) Brasil. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 4, p. 1164-1173, 2011.
- _____; IBARRA-COLADO, E.; GUEDES, A. Internationalization of management, neoliberalism and the Latin America challenge. **Critical Perspectives on International Business**, v. 6, n. 2/3, p. 97-115, 2010.
- GLOSNY, M. China and the BRICs: A Real (but Limited) Partnership in a Unipolar World. **Polity**, v. 42, n. 1, p. 100-129, 2010
- GREENWALD, G.; McASKILL, I. Boundless Informant: the NSA's secret tool to track global surveillance data The Guardian, June 11. Available at:
<http://www.guardian.co.uk/world/2013/jun/08/nsa-boundless-informant-global-datamining>. Retrieved on: June 25, 2013.
- GUEDES, A.; FARIA, A. (Eds.). **International Management and International Relations: a Critical Perspective from Latin America**. New York: Routledge, 2010.
- GULRAJANI, N. New vistas for development management: examining radical-reformist possibilities and potential. **Public Administration and Development**, v. 30, n. 2, p. 136-148, 2010.
- HARVIE, D. et al. What are we to do with feral publishers?. **Organization**, v. 19, n. 6, p. 905-914, 2012.
- IBARRA-COLADO, E. Organization Studies and Epistemic Coloniality in Latin America: Thinking Otherness from the Margins. **Organization**, v. 13, n.4, p. 489-508, 2006.
- _____. Is There Any Future for Critical Management Studies in Latin America? Moving from Epistemic Coloniality to "Trans-Discipline". **Organization**, v. 15, n. 6, p. 932-35, 2008.

_____. Neoliberal Globe/centrism and International Management Blindness: The Indispensable Decolonial Turn. In: Guedes, A.; Faria, A. (eds) **International Management and International Relations**, p. 29-60. London: Routledge, 2010.

_____. Cómo comprender y transformar los Estudios Organizacionales desde América Latina y no morir en el intento. In: Martínez, A. et al (orgs). **Apropiación social del conocimiento y aprendizaje: una mirada crítica desde diferentes ámbitos**. Madrid: Plaza y Valdés Editores, 2012

IBHAWOH, B.; DIBUA, J. Deconstructing Ujamaa: The legacy of Julius Nyerere in the Quest for social and economic development in Africa. **African Journal of Political Science**, v. 8, n.1, p. 59-83, 2003.

JONES, M. America's backyard. **Diplomacy & Statecraft**, v. 11, n 1, p. 291-298, 2000.

KANIGEL, R. **The One Best Way**: Frederick Winslow Taylor and the Enigma of Efficiency. New York: Viking Penguin, 1997.

KAPLAN, R. Supremacy by stealth. **The Atlantic Monthly**, v. 292, n.1, 2003.

KERR, R. International development and the New Public Management: Projects and Logframes as Discursive Technologies of Governance. In Dar, S.; Cooke, B. (eds). **The New Development Management**. London: Zed Books, 2008.

KHURANA, R. **From Higher Aims to Hired Hands**, Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

LOCKE, R. **The collapse of the American management mystique**. Oxford: Oxford University, 1996.

MAGOMBA, L. Tanzania External Debt Hits U.S. \$10.7 Billion. All Africa Business Week, Available at: <http://allafrica.com/stories/201302190246.html>. Retrieved on: February, 18. 2013.

MAX, J. **The development of local government in Tanzania**. Dar es Salaam: Educational Publishers and Distributors, 1991.

MIGNOLO, W. **The Darker Side of Western Modernity**. Durham & London: Duke University, 2011.

MOTTA, P. R. Administração para o Desenvolvimento: A disciplina em busca da relevância. **Revista de Administração Pública**, v. 6, n. 3, p. 39-53, 1972.

MURPHY, J. **The World Bank and Global Managerialism**. London: Routledge, 2008.

_____; ZHU, J. Neo-colonialism in the academy? Anglo-American domination in management journals. **Organization**, v. 19, n. 6, p. 915-927, 2012.

PORTER, M.; KRAMER, M. Creating Shared Value. **Harvard Business Review**, n. January–February, p. 1–17, 2011.

PRAHALAD, C. K. **The Fortune at the Bottom of the Pyramid: Eradicating Poverty Through Profits**. Prentice Hall, 2009.

_____; HART, S. The fortune at the bottom of the pyramid. **Strategy and Business**, v. 26, p. 2–14, 2002.

QUIJANO, A. Modernidad, colonialidad y América Latina. **Neplanta: Views from the South**, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

RESNICK, I. N. Review of Colin Legum, Geoffrey Mmari, (eds.) **Mwalimu: The Influence of Nyerere**. Available at: <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=415>, 1996.

ROSA, A.; ALVES, M. Pode o conhecimento em gestão e organização falar português? **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n.3, p. 255-264, 2011.

ROSTOW, W. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press. 1960.

ROY, A. Praxis in the time of Empire. **Planning Theory**, v. 5, n. 1, p. 7-29, 2006.

SHEEHAN, N. **A Bright, Shining Lie: John Paul Vann and America in Vietnam**. Vintage UK, 1998.

STIGLITZ, J. **Globalization and its discontents**. New York: W.W Norton. 2002.

TAYLOR, F. **The Principles of Scientific Management**. New York: Harper. 1911

TROULLIOT, M.R. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston, Mass: Beacon Press. 2008

WANDERLEY, S.; FARIA, A. The Chandler-Furtado case: a decolonial (re)framing of a North/South (dis)encounter. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, p. 219-236, 2012a.

_____; _____. Descolonizando a gestão estratégica: o (des)encontro Alfred Chandler-Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 7, n. 11, p.129-143, 2012b.